



## Regularização Fundiária garantiria preservação de áreas

O gerente-geral do Instituto de Estudos e Comércio e Negócios Internacionais (Icône), Rodrigo Lima, afirmou nesta segunda-feira, 5 de agosto, em São Paulo, que o novo Código Florestal brasileiro, em tramitação no Senado, vai servir para valorizar a floresta em pé



Rodrigo Lima – gerente-geral do Instituto de Estudos e Comércio e Negócios Internacionais (Icône)

O gerente-geral do Instituto de Estudos e Comércio e Negócios Internacionais (Icône), Rodrigo Lima, afirmou nesta segunda-feira, 5 de agosto, em São Paulo, que o novo Código Florestal brasileiro, em tramitação no Senado, vai servir para valorizar a floresta em pé. Ao participar do painel “Agricultura e Florestas”, do Fórum Internacional de Estudos Estratégicos para Desenvolvimento Agropecuário e Respeito ao Clima (FEED 2011), evento organizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), defendeu que os produtores rurais sejam remunerados pelo fato de manter as florestas preservadas, compensação que vai evitar o desmatamento de novas áreas. Durante o debate, o professor do Departamento de Solos e Fertilizantes da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), Gerd Sparovek, afirmou que o Código Florestal em vigor não se mostrou eficaz como mecanismo de proteção da floresta.



Gerd Sparovek – professor do Departamento de Solos e Fertilizantes da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq)

Em sua apresentação, o professor Sparovek defendeu a regularização fundiária como forma de garantir a preservação de áreas, entre outras iniciativas. “O pagamento pela floresta em pé, a modernização e o aumento da produtividade agrícola e a regularização fundiária são iniciativas necessárias para garantir a

preservação”, afirmou. Em sua apresentação, o representante do Icone lembrou o compromisso assumido pelo Brasil em 2009 de redução de 80% do desmatamento até 2020. Essa meta, segundo a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, será cumprida antes do previsto. Um dos questionamentos feitos durante o debate foi sobre a geração de créditos para o REDD Plus a partir do plantio direto. Rodrigo Lima explicou que é uma possibilidade, desde que o plantio direto esteja integrado a uma grande área protegida, como forma de preservá-la.

Também participou do debate o sócio-presidente do Ludovino Lopes Advogados do Brasil, Ludovino Lopes, que apresentou estimativas que apontam que só o Estado de São Paulo tem 58 milhões de toneladas de créditos de carbono que precisam ser compensadas, o que pode ser feito a partir de esforços que envolvam parcerias entre o Estado e outras regiões do País. “Há viabilidade jurídica para esse processo. Outros estados podem aceitar esses desafios”, afirmou. Acrescentou, no entanto, que os estados que precisam compensar créditos também precisam adotar medidas para mitigar ou reduzir de forma significativa o volume a ser compensado.



Espaço CNA – No auditório da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio/SP), onde acontece o FEED 2011, foi montado o Espaço CNA, que tem como tema “A mão que produz é a mesma que preserva o meio ambiente”. Em 150 metros quadrados, é possível conhecer as iniciativas da CNA e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e também o Projeto Biomass, desenvolvido pela CNA em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o objetivo de pesquisar as condições dos seis biomas brasileiros e oferecer, aos produtores rurais, informações coletadas a partir de pesquisas, garantindo a produção agropecuária e a preservação do meio ambiente.